

Política.

A113380

Estreantes encaram as urnas

A corrida eleitoral deve abrir espaço também para estreantes em busca de um mandato. **Pág. 20**

EDITORA: ANDRÉIA LOPES
alopes@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8332
agazeta.com.br/politica
gazetapolitica

CRISE EM KENNEDY

R\$ 92 MILHÕES EM OBRAS BARRADAS PELA JUSTIÇA

Empresa apontou indícios de irregularidades em dois editais

FOTOS: BERNARDO COUTINHO



Com a decisão de suspender os pagamentos de contratos, as obras de construção de uma creche em Jaqueira e de uma escola na Praia de Marobá não foram iniciadas

VERA FERRAÇO
vferraco@redgazeta.com.br

PRESIDENTE KENNEDY

Em meio à denúncia de fraudes em contratos que somam R\$ 55 milhões da Prefeitura de Presidente Kennedy, outros indícios de irregularidades estão na mira do Judiciário. A Justiça de Kennedy barrou R\$ 92,6 milhões em obras, suspendendo a construção de duas escolas e um edital, no valor de R\$ 85 milhões.

A empresa Jordão Construções LTDA apontou indícios de irregularidades em dois editais da prefeitura, para a construção da escola de ensino fundamental na Praia de Marobá e para a construção de uma creche em Jaqueira.

Nos dois casos, a Jordão acionou a Justiça no dia 29 de novembro de 2011. As decisões do juiz Ronaldo Domingues de Almeida saíram em março, determinando a suspensão dos pagamentos dos contratos.

A Iberkon - ES Construtora LTDA ganhou o contrato para construir a escola por R\$ 3,22 milhões - valor



Obras do programa habitacional estão sendo tocadas

R\$ 668,5 mil a mais do que o apresentado pela Jordão.

Já a NP Construções LTDA ganhou a concorrência para construir a creche, apresentado valor de R\$ 4,496 milhões - diferença de R\$ 671.222,82 em relação à Jordão.

Com a suspensão dos pagamentos, as obras não foram iniciadas, como constatou A GAZETA na última quarta-feira.

A reportagem não conseguiu localizar os representantes da Iberkon - ES e da NP Construções. Nenhuma das duas consta entre as empresas denunciadas na Operação Lee Oswald.

Já o edital prevendo um pacote de obras em Kenne-

dy, no valor estimado de R\$ 85 milhões, foi questionado pela Construtora Apia LTDA. Entre os questionamentos, a Apia alegou a ilegalidade da concentração de várias obras e serviços em um único contrato.

CASAS

Apesar da instabilidade política, obras do programa habitacional para distribuição de casas populares estão sendo tocadas. Como constatou A GAZETA em visita à comunidade de São Paulo, na quarta. Moradora da localidade, a cadeirante Ana Caxia, 57 anos, diz que o prefeito afastado e preso Reginaldo Quinta é alvo de "perseguição política".



Para Ana Caxia, Reginaldo é alvo de "perseguição"

OPERAÇÃO LEE OSWALD

▼ Quadrilha

A quadrilha criminosa desvendada no último dia 19 de abril pela Operação Lee Oswald atuava em pregões presenciais. A Federal verificou 21 contratos firmados em 2011, que somam R\$ 55 milhões em Presidente Kennedy. Ao menos R\$ 9,5 milhões foram desviados, por meio de contratos com sobrepreço, na cidade.

▼ Cadeia

Na operação foram presas 28 pessoas. Entre elas, o então prefeito Reginaldo Quinta, apontado como chefe da quadrilha que

atuava em fraudes em licitações, superfaturamento e desvio de verbas.

▼ Vereadores

Quatro vereadores, entre eles o então presidente da Câmara, foram afastados.

▼ Cassação

No dia seguinte, a Justiça confirmou a cassação do vice-prefeito, Edson Nogueira, por ele não morar na cidade. Kennedy ficou sem comando.

▼ Posse

O vereador Jardec Terra assumiu o Executivo na noite do dia 25.

Prefeitura vai analisar contratos

O prefeito interino de Presidente Kennedy, Jardec Terra (PMDB), está fazendo um levantamento em todos os contratos existentes hoje no município para verificar se há indícios de irregularidades.

A assessoria da prefeitura informou que não há como comentar os contratos com as empresas Iberkon - ES Construtora LTDA e NP Construções LTDA, que tiveram os pagamentos suspensos por decisão da Justiça.

Só após a análise dos contratos, o prefeito vai se manifestar. Caso fique constatado indícios de irregularidades, eles poderão ser suspensos.

Os dois contratos foram firmados na gestão de Reginaldo Quinta (PTB), que foi afastado e preso na operação que apura fraudes em licitações.